

VAI GRAXA AÍ, DOTÔ? OLHANDO A NU O CENTRO TRADICIONAL DA METRÓPOLE BRASILEIRA*

STARING AT DOWNTOWN BRAZILIAN CITIES

Fernanda Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima**

RESUMO

Refletindo sobre a apropriação e a percepção do espaço urbano, o artigo evoca o papel dos centros das cidades como locais de encontro com o diferente e de contato entre territórios, apontando estratégias metodológicas para a elaboração de diagnósticos e planos urbanos mais sensíveis.

Palavras-chave: Apropriação; Percepção; Áreas centrais; Intervenções urbanas.

ABSTRACT

Reflecting on urban space experience and perception, this article defends city centers as places to find otherness, as areas of contact between territories, and points out methodological strategies for the elaboration of more sensitive urban diagnoses and plans.

Key words: Experiment; Perception; City centers; Urban interventions.

APRESENTAÇÃO (Alícia Duarte Penna)

Este artigo resulta de uma pesquisa inicialmente desenvolvida para o trabalho final de graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, concluída em junho de 2005. Como toda pesquisa, contudo, não se iniciou no momento em que sua realização tornou-se premente, em razão, nesse caso, de o TFG ser uma condição para a graduação em Arquitetura e

* Este artigo resulta da pesquisa “O uso da rua na contemporaneidade: evidências e investigações projetuais” desenvolvida como trabalho final de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas no primeiro semestre de 2005 e orientada pela professora Alícia Duarte Penna.

** Arquiteta urbanista formada pela PUC Minas, Belo Horizonte.

Urbanismo, nem se encerrou com o ritual de sua apresentação à banca examinadora que deu à autora o direito de graduar-se.

Como toda pesquisa, esta nasceu de uma inquietação – a de uma estudante de Arquitetura e Urbanismo frente às metodologias de diagnose e proposição do planejamento urbano. Como toda pesquisa que nasce de uma inquietação, ambas não se encerraram após a autora – Fernanda Fernandes Lima, minha orientanda no TFG – receber a aprovação da banca que a examinou e, consensualmente, conferiu-lhe a nota máxima com indicação para publicação. Depois disso, as perguntas ali respondidas e aquelas – ainda maiores e mais inquietantes – ali formuladas estiveram no I Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, no Seminário Direito à Arquitetura, promovido pelo IAB do Rio de Janeiro, ambos em setembro de 2005, no III Seminário Interpretar Arquitetura, realizado pela Escola de Arquitetura da UFMG em dezembro de 2005 e no grupo de pesquisa “Arquitetura, Humanismo e República”, coordenado pelo professor Carlos Antônio Leite Brandão, da Escola de Arquitetura da UFMG.

Trata-se esta pesquisa de uma busca de perguntas e respostas à opção de tomar a apropriação do espaço público – ou a “usança”, para usar o termo muito mais adequado, posto que “a olho nu”, de Carlos Nelson Ferreira dos Santos – como variável central no diagnóstico e na proposição urbanas. Uma opção que nasce da crítica às metodologias que tomam a cidade como uma abstração, numa operação duplamente preconceituosa, em que o espaço urbano não é diagnosticado, nem proposto “a olho nu”, mas sucumbe sob variáveis incapazes de traduzir e de transcrever a sua viva realidade. Uma opção que determina a consideração de novas variáveis – como o som e o cheiro dos lugares – e uma nova abordagem de velhas variáveis – como a “superfície entre o espaço privado e o público” ou o “grau de relação tátil entre consumidor e mercadoria”. Uma opção que toma, como objeto a ser visto a olho nu, o centro tradicional da metrópole brasileira, esse lugar onde mais intensamente se realiza aquela “conexão materialística de um homem com o outro” de que nos falam Marx e Engels e que Milton Santos relembra (SANTOS, 1996, p. 321). Finalmente, uma opção que enxerga todos os homens indiscriminadamente, inclusive aqueles para os quais a rua é o “lugar de trabalhar, criar filhos e netos”, os ambulantes, e aqueles para os quais a rua é o “lugar de morar”, os moradores de rua.

Tudo isso, e o artigo que disto tudo resulta prova que o TFG, tanto quanto outro trabalho acadêmico, somente é trabalho de fato quando produz conhecimento, que, por sua vez, somente ganha sentido quando compartilhado. Com a palavra, a Fernanda.



O artigo ocupa-se das áreas centrais metropolitanas em países com grandes problemáticas sociais. As metrópoles, áreas conformadas a partir de atividades e relações complexas, subordinadas à estrutura capitalista avançada, são fruto do dinamismo e da necessidade de giro econômico, exigidos pelo movimento e pelos interesses do capital dominante. No contexto latino-americano de urbanização, essa subordinação tem graves repercussões sociais, produzindo espaços excludentes e forte segmentação social. Provenientes de um modelo geográfico de crescimento espraiado, configuram-se cidades onde o regimento do espaço urbano é atrelado a forte poder especulativo, reproduzidor das desigualdades socioeconômicas e da exclusão territorial. Soma-se a esse quadro o contexto atual das relações humanas, que aponta para graves repercussões no âmbito do convívio e desenvolvimento social, desvendando uma sociedade de identidade extremamente fragmentada, individualista e alienada no que diz respeito ao seu diferente, onde o individual sobressai ao coletivo.

Não obstante, os centros tradicionais das metrópoles, que abrangem uma diversidade de uso do espaço e propiciam o contato com o diferente, ainda assumem o papel de lugar da memória e afirmação da identidade coletiva. O conceito de centro como incorporador da dinâmica urbana, capaz de imprimir de uma sociedade suas relações históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas, traz consigo a possibilidade de sua conformação como território explicitante das relações de poder nas grandes cidades. Segundo Brunet, “o território contribui (...) para fortalecer o sentimento de pertencimento, ajuda na cristalização de representações coletivas, dos símbolos que encarnam em lugares memoráveis” (CLAVAL, 1996, p. 11). Está nos centros a possibilidade da instauração de uma zona neutra¹ da cidade, em que grupos diversos se interagem, do ponto de contato, de troca e de desenvolvimento de culturas. O território do centro tradicional aparece, desse ponto de vista, como essencial, oferecendo àqueles que o habitam² condições de intercomuni-

¹ O termo “neutra” aparece aqui não no sentido de “indiferente”, mas no de imparcial. A zona neutra seria assim uma zona receptiva aos mais diversos modos de uso do espaço, onde a troca encontra um ponto passível de efetivação, propiciador da consciência, interlocução, reflexão e construção de novos valores.

² Refere-se aqui ao conceito de “habitar” de Heidegger, que toma o espaço como morada, com o qual o homem se identifica e onde se sente à vontade. Para Lefebvre (1970), “habitar” refere-se a “gestos e percursos, corpo e memória, símbolos e sentidos, difícil maturação do imaturo-prematuro (do ‘ser humano’)” (p. 166). Assim, fala-se de um centro provido de habitabilidade, “um espaço vivido, apropriado, familiar, dotado de uma ordem e de um sentido em que somos capazes de nos reconhecer, desenvolver nossas potencialidades e ‘estar bem’ conosco, com nossos semelhantes e com o mundo que nos cerca (...). Habitabilidade vem de *habere*, do ter e do ter-se no mundo, de tomar posse dele e de si (...) cria o bem-estar quando se conforma um meio através do qual o habitante se conquista, se identifica, se vê abrigado em seus costumes, seus hábitos, e encontra no *habitat* um modo de se ter” (BRANDÃO, 2005, p. 1).

cação e fortes referências simbólicas. Lugar da densidade, da aproximação e da mistura, de tudo que se traduz pejorativa e preconceituosamente como “caótico” ou “desordenado”, os centros configuram a paisagem do mundo contemporâneo, onde a relação entre corpos e o contato com o outro assumem uma forma específica de construção do urbano³ e do espaço. Em meio a uma sociedade de consumo e padronização, essa porção da cidade incorpora a possibilidade do choque de realidades, contrapondo-se à lógica alienada instaurada entre os indivíduos de diferentes contextos culturais e sociais.

Dada a dimensão das cidades, que aumenta sem cessar, as dificuldades de transporte, as relações de família e de amizade se encontram reduzidas, consideravelmente. (...) Isto não é, seguramente, um resultado exclusivo de crescimento físico das cidades e dos problemas materiais decorrentes. Sob o peso das novas relações econômicas, as relações sociais são igualmente modificadas e o mesmo acontece com a estrutura familiar e as relações de vizinhança. Os contatos têm a tendência de se tornarem “impessoais, superficiais, transitórios e fragmentários”. A cidade, sobretudo a grande cidade, é uma máquina trituradora, na qual o indivíduo, imerso e perdido na massa, aliena-se. (SANTOS, 1982, p. 173)

Para Berman (1986), a atmosfera contemporânea, com a construção de uma sensibilidade envolvida pela expansão de possibilidades de experiência e de destruição de barreiras morais e compromissos pessoais, promove uma perda de identificação, a deserção social, a desmobilização e a despolitização do indivíduo.

Em meio à circulação acelerada de informação, própria do mundo globalizado, através de um ritmo que a tudo torna cada vez mais descartável, o indivíduo parece sucumbir ao descarte, “vira signo em alta rotação, sem substância por baixo. (...) Saturado de consumo e informação, ele encosta no conformismo, refletindo a famosa apatia pós-moderna. Sem laços ou impressões fortes sua apatia logo cai na depressão e na ansiedade, ambas melancólicas. A melancolia, sentimento frio, é o último grau de apatia – a doença da vontade – prevista por Nietzsche”. (SANTOS, 1986, p. 103)

As intervenções urbanas devem partir de um conceito atento ao caráter das áreas centrais tal como são em si, lugares do apelo aos sentidos e do inu-

³ Para Lefebvre (1970), o urbano “reúne tudo, inclusive os determinismos, as matérias e conteúdos heterogêneos, a ordem e a desordem anteriores. Aí compreendidos os conflitos, as comunicações e formas de comunicação preexistentes. Como forma que transforma, o urbano des-estrutura e re-estrutura seus elementos, as mensagens e códigos egressos do industrial e do agrário. (...) O urbano poderia, portanto, ser definido como o lugar da expressão dos conflitos, invertendo a separação dos lugares onde a expressão desaparece, onde reina o silêncio, onde se estabelecem os signos da separação. O urbano poderia também ser definido como lugar do desejo, onde o desejo emerge das necessidades, onde ele se concentra porque se reconhece, onde se reencontram talvez (possivelmente) Eros e Logos. A natureza (o desejo) e a cultura (as necessidades classificadas e as artificialidades induzidas) aí se reencontram, no curso de uma autocrítica mútua que mantém diálogos apaixonados” (p. 160).

sitado, onde o grau de apropriação do espaço público é acentuado, de maneira que se façam coerentes com a memória da cidade, fortalecendo conjuntamente o caráter de lugar e potencializando os vínculos afetivos com a área e, por conseguinte, a sua apropriação efetiva e manutenção. Devem fazer-se mais sensíveis na consolidação do sentimento de coletividade, “civilizar a alma dos cidadãos com o hábito das relações recíprocas, tornando-os mais propensos a contraírem amizades” (ALBERTI *apud* BRANDÃO, 2003, p. 14), contribuindo para um espaço receptivo, acolhedor, que inclua e motive a ação do homem enquanto indivíduo em prol do bem comum. Para essa busca de uma construção coletiva do espaço urbano, também o usuário deve assumir seu papel como construtor e vivenciador dos espaços, potencializando suas formas de participação no âmbito das intervenções e configurações de uso, não se apresentando apenas como espectador das decisões dos planos de governo e técnicos de urbanismo, deixando de ser ator de um espaço-cenário, fruto das ações de espetacularização da cidade. A participação popular ainda é uma iniciativa recente e rasa no contexto do planejamento urbano metropolitano. Entretanto, os que habitam “poderiam e deveriam ‘habitar como poetas’ (Hölderlin)” (LEFEBVRE, 1970, p. 165), o que aponta para o desenvolvimento de uma política capaz de envolver o usuário num criativo processo de construção do seu *habitat*.

Atualmente, as intervenções e/ou reformas urbanas muitas vezes promovem uma cidade-cenário ao priorizarem esteticismos em detrimento de ações realmente condizentes com o modo de usar o espaço por parte de sua população e com o modo com que esta se reconhece espacialmente. As ditas “revitalizações”,⁴ muitas vezes imbuídas de uma lógica asséptica e segregadora, trazem consigo uma museificação do espaço, reflexo da ausência de uma política de gestão capaz de conferir-lhes sustentabilidade, desconsiderando o habitante daquele lugar, as formas tradicionais de uso, comércio, serviços e as relações sociais ali instauradas, gerando a um só tempo ambiências falsas e um esvaziamento do espaço pelo usuário local. A partir de ações públicas realizadas sob essa ótica, o espaço urbano presencia efeitos da atividade privada que culminam em processos especulativos e segregadores, como a gentrificação, além de processos estético-formais, que alteram as relações de poder instauradas e promovem uma expulsão da cultura popular. Tais “revitalizações”, comuns no cenário nacional, vêm atraindo uma nova forma de relação do comércio com o espaço da rua, descaracterizando a paisagem dos

⁴ Opõe-se aqui ao uso do termo “revitalização”, tão disseminado quando se trata de intervenções urbanas em áreas centrais. Regina Meyer (FRÚGOLI, 2000, p. 85), referindo-se ao centro de São Paulo, explicita o tom pejorativo do termo: “Revitalização é uma palavra que denota até um tremendo preconceito, porque hoje o centro é tão ou mais vital do que em outros momentos”.

centros, que se vê cada vez mais envolta por processos homogeneizadores, como padronizações do tratamento estético das fachadas dos estabelecimentos em função principalmente da invasão das grandes redes de lojas em substituição aos usos tradicionais locais, que são um forte traço da identidade do lugar, testemunhos históricos da conformação das relações sociais dessas áreas centrais ao longo do tempo e, na maioria, condizentes ainda com o perfil de seu público-consumidor, como é o caso de Belo Horizonte. Essa homogeneização, além de prejudicar a especificidade da imagem urbana dos centros tradicionais, atingindo seu íntimo, reflexo justamente da diversidade com a qual a cultura popular, que vem sendo expulsa, manifesta-se, traz conseqüências na orientabilidade e na percepção que o fruidor constrói da paisagem.

... a homogeneidade ou grande semelhança de usos, na realidade, apresenta problemas estéticos misteriosos. (...) Superficialmente, essa monotonia pode ser encarada como uma espécie de ordem, embora enfadonha. Do ponto de vista estético, porém, ela lamentavelmente traz consigo uma desorganização profunda: a desorganização de não implicar direção alguma. Você anda por lugares marcados pela monotonia e pela mesmice, mas, apesar de ter andado, tem a sensação de não ter ido a lugar algum. (...) É necessário haver diferenças – muitas diferenças – aflorando em várias direções para não perdermos a orientação. As perspectivas visuais inteiramente uniformes carecem desses avisos naturais de direção e movimento, ou os tem em número insuficiente, e portanto são muito desorientantes. Isso, sim, é uma espécie de caos. (JACOBS, 1961, p. 246)

A disseminação de redes de lojas de caráter sofisticado, que não dialogam com o espaço em que se inserem, calcadas numa estética espetaculosa desvinculada do *locus* a que se impõem, altera não somente os produtos oferecidos nesse espaço de consumo, mas principalmente a maneira como são oferecidos, gerando um afastamento nas relações consumidor-mercadoria/cliente-vendedor, alterando uma maneira de consumir própria de tais porções. Isso provoca uma perda para a identidade da cidade ao atingir seu patrimônio imaterial, “banal”, intangível, que é a forma com a qual o homem vivencia os espaços e os transforma em lugares, ao contribuir para um processo de perda gradativa dos hábitos e da memória de uma sociedade quanto a essas formas de “usança” urbana, interferindo na promoção dos sentimentos de reconhecimento e pertencimento. Segundo Menezes, “se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois inexistindo como uma plataforma de referência, e cada ato seria uma secção mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho do passado esvaziado para o vazio do futuro” (MENEZES, 1987 *apud* HONORATO, 1999, p. 185). Essa invasão de usos descaracterizantes no ponto de vista da ambiência acarreta ainda problemas de caráter econômico. Para Ermínia Maricato (2001), a “revitalização” de centros urbanos exige a defesa do peque-

no negócio como estratégia para a manutenção de empregos e também das características históricas do patrimônio construído. A preservação do patrimônio construído que não se faz acompanhar da preservação daquilo que lhe dá sentido é uma estratégia não apenas espetaculosa, mas também excludente.

A preservação das formas de “usança” dos espaços, não somente as contemporâneas, mas inclusive de um passado que configura a história social e cultural vivenciada na cidade, e ainda parte de sua dinâmica, aparece, dessa forma, com o intuito de preservar a identidade do homem do presente e sua construção no tempo, a preservação do “próprio eu” e, com esta, do sentido de pertencimento a um grupo. É necessário ressaltar a importância da preservação não somente do patrimônio tangível, material, mas primordialmente do patrimônio intangível, imaterial, que confere vida ao espaço urbano e o define como habitat humano. É também na dimensão do patrimônio imaterial que a identidade coletiva se constrói e no espaço se reafirma, trazendo a possibilidade da memória, da reflexão e da renovação.

(...) objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de seqüência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência. O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é o seu emoliente social, reforçando a identidade nacional quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada. (HEWISON, 1987 *apud* HARVEY, 1992, p. 85)

Esse impulso nostálgico que o diálogo da temporalidade proporciona vem contribuir para o homem contemporâneo nesta busca por si mesmo, nesse processo de auto-definição e de construção de uma auto-estima que tende a gerar uma disposição ao bem comum da sociedade da qual se sente parte, à que pertence.

A função do discurso identitário é de orientar estas escolhas, de tornar normal, lógico, necessário, inevitável, o sentimento de pertencer, com uma forte intensidade, a um grupo. Ele se dirige à emotividade, se esforça por impressionar, por emocionar, a fim de que este sentimento de pertencimento impulse, caso a situação o exija, a agir: impelido pelo sentimento de pertencimento, torna insuportável a recusa de defesa. A fim de criar as condições desta adesão, o discurso identitário tem por tarefa definir o grupo, fazer passar do estado latente àquele de “comunidade” em que os membros são persuadidos a ter interesses comuns, a ter alguma coisa a defender juntos. (MARTIN, 1994 *apud* CLAVAL, 1996, p. 22)

Ao se privilegiar o centro como espaço mediador das relações sociais, do encontro com o diferente, de promoção do convívio e da consciência coletiva, fundamental ao desenvolvimento de uma sociedade aberta às experiências sociais e sensoriais, ao contato com cheiros, sons, movimentos, imagens e

matérias diversas, resiste-se a uma sociedade restrita ao espetáculo, ao homogêneo, à fugacidade e à efemeridade instauradas na relação alienada do homem consigo mesmo, com o outro e com o espaço que vivencia na contemporaneidade, bem como a uma arquitetura e a um urbanismo que a tudo isso sucumbem.

O inimigo a ser combatido atualmente é a concepção de que a totalidade para a qual a arquitetura e o urbanismo se dirigem nada mais é do que a soma das partes e dos interesses particulares imediatos. (...) Da mesma forma, perde-se a perspectiva histórica passado e futuro, com os quais não mais nos vemos comprometidos, reduzem-se a implementos de um presente inflacionado de informações e sempre prestes a implodir. Reluzindo no bombástico do efêmero e do transitório, ofusca-se o caráter perene e universal da arquitetura enquanto coisa pública, a fazer justiça com as gerações passadas e a servir às gerações futuras e aos diversos usos a serem abrigados pelos frutos de nossos trabalhos e dias. (BRANDÃO, 2003, p. 8)

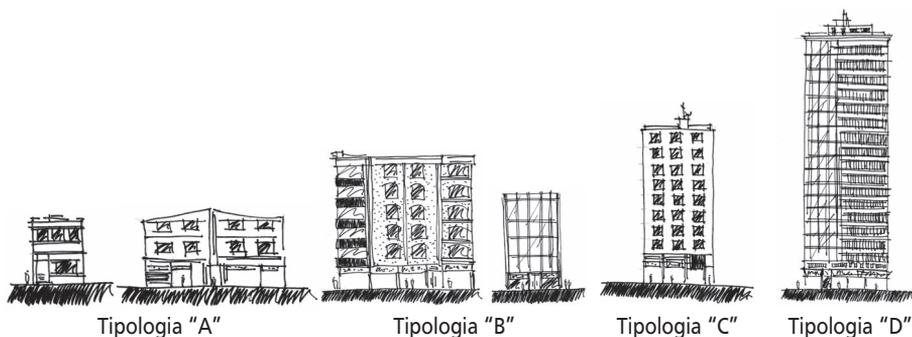
A OLHO NU

Na tentativa de construir uma metodologia de diagnóstico abrangente desses conceitos, foi realizado um estudo de apropriação no hipercentro de Belo Horizonte, que tem como foco trazer ao debate novas variáveis a servir de base para as análises e as proposições urbanas, de modo que seja possível configurar um olhar técnico capaz de absorver as especificidades das áreas em questão, contrapondo-se a uma lógica calcada em variáveis-padrão que culminam num planejamento urbano inepto às concepções dos grupos e à dinâmica própria de cada lugar. Apesar de prognósticos negativos sobre as áreas centrais contemporâneas, a zona hipercentral de Belo Horizonte mantém grande vitalidade urbana, apresentando forte caráter de apropriação dos espaços e diversidade cultural, mesmo tendo perdido parte de seu prestígio junto a algumas camadas sociais e, com isso, visto reduzido seu papel de espaço conformador da sociabilidade nas experiências coletivas.

O limite da área inicial de estudo compreendeu um perímetro fechado próximo ao definido como Zona Hipercentral pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte. Num segundo momento, as análises direcionaram-se a universos menores – três subáreas –, possibilitando maior precisão e detalhe no seu conhecimento, levando-se em consideração aspectos específicos de cada local, mantendo-se, porém, uma amostragem do que é configurado na zona hipercentral como um todo.

Ao longo da pesquisa, objetivou-se diagnosticar quais seriam então os elementos determinantes e potencializadores da relação dos usuários do hipercentro com o espaço urbano, traduzida pela apropriação do espaço público.

Como enfoque primário, foi estudada a relação entre o espaço construído e o espaço livre de construção ao longo da área inicial, com análises sobre a morfologia do espaço urbano, possibilitando diagnosticar relações de proporção e seus efeitos na percepção do usuário pedestre. Definindo tipologias básicas para o espaço construído, foi configurado um mapa que auxiliou na leitura dos dados.

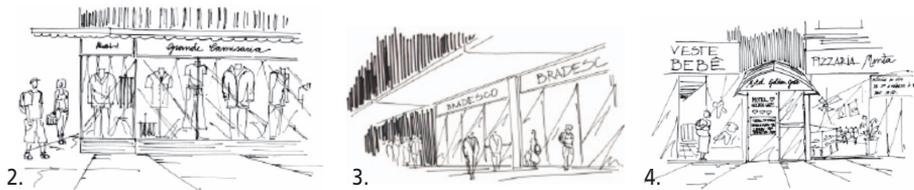


1. Categorias volumétricas predominantes no hipercentro de Belo Horizonte, propostas na análise da relação entre espaço construído e espaço livre de construção (LIMA, 2005).

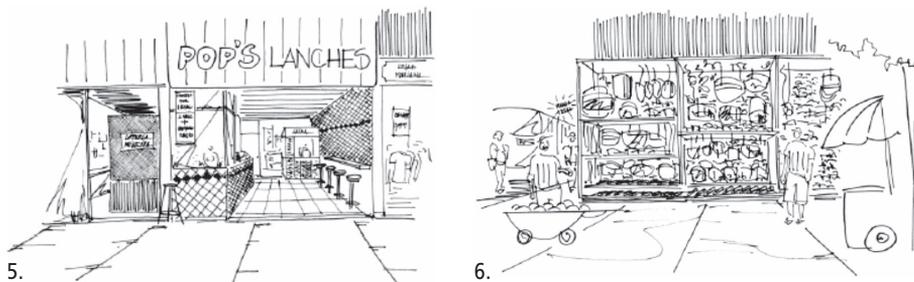
Apresentando-se como um novo olhar sobre as tipologias de ocupação, a relação entre espaço construído e espaço livre de construção configurou-se como uma nova variável que teve como foco o efeito da volumetria da massa edificada sobre o espaço público e a sensação do fruidor frente a essa relação, de modo a enriquecer essas análises, que atualmente, nos diagnósticos urbanos, não contemplam essas nuances, tratando apenas de questões estilísticas e formais, quanto ao período de tempo e “estilo” arquitetônico a que a edificação pertence, além dos levantamentos altimétricos, que apresentam uma categorização que não promove uma leitura conjuntural da massa edificada por pontuar edificação por edificação. Sob essa ótica de diagnose, a análise tradicional pauta-se sobre elementos fundamentais, como a contextualização da produção arquitetônica, tanto no âmbito da dimensão histórica quanto no âmbito da dimensão do patrimônio estético-cultural, que podem ser inclusive abordados com um maior detalhamento técnico do que o já tratado, mas que, entretanto, pouco alcançam as relevâncias do cotidiano, aqui tratadas como premissa para qualquer intervenção física e/ou de gestão que se proponha sustentável à práxis urbana. A análise de volumetria do espaço construído aqui proposta também avançou no que diz respeito às relações de altimetria comumente diagnosticadas, relacionada à sua proporção diante da dimensão das vias – larguras *versus* (des)continuidade dos eixos *versus* afastamentos – que conformam o espaço livre de construção. Essa variável, associada à análise de morfologia do traçado, propicia uma leitura urbana tridimensional, como o espaço mesmo configura-se sensível à percep-

ção que o fruidor desenvolve em seus percursos, configurando um instrumento importante quando de intervenções nos espaços públicos.

Essa análise da ocupação pôde ser ainda ampliada e aprimorada frente a uma outra nova variável que também tratou da percepção do usuário e da sua relação cotidiana com a cidade, como o tratamento formal das superfícies de contato entre o espaço público e privado, das fachadas lindadeiras à rua, num sentido que priorizou não o “estilo” arquitetônico, mas os graus de permeabilidade e contato visual entre interior privado e exterior público, as relações formais entre cheios e vazios, superfícies opacas ou reflexivas, bem como a relação tátil estabelecida pelo pedestre em meio a esses espaços, o grau de acessibilidade corpórea, de fluxo entre interior e exterior, o que é restrito e o que assume caráter público, explicitando inclusive as relações simbólicas e de poder que são configuradas pelos territórios estabelecidos no espaço urbano. Essa abordagem atinge uma análise do comportamento do fruidor, de como se estabelece a dinâmica entre usuário-consumidor e as formas de exposição, sedução e acesso ao produto e/ou serviço oferecido, relação aqui relevante em se tratando do que se conforma nos centros tradicionais.



2. 3. 4. Análise das configurações espaciais quantos às interfaces físicas e de percepção entre espaço interior privado e espaço exterior público. Tipologias mais encontradas no hipercentro: 2/3/4. Fachadas reflexivas (LIMA, 2005): presença de elemento de transição entre interior e exterior (barreira física: fachada vitrificada). Acessibilidade restrita. Reflexiva translúcida: permeabilidade visual – vitrines: caráter sofisticado, sedução do olhar-fetice da mercadoria, contato indireto com a mercadoria *versus* figura do vendedor. Reflexivas que não apresentam transparência: espelhamento da cena urbana, privacidade da “usança” no espaço interno (ex.: motéis).



5. 6. Fachadas abertas (LIMA, 2005): completa exposição do interior ao exterior, ausência de barreiras físicas, acessibilidade irrestrita, interação da “usança”, estabelecimento-calçada. Representativo: comércio popular e informal – vitrines metálicas e bancas de ambulantes. Contato direto entre consumidor e mercadoria.



7. 8. Fachadas opacas (LIMA, 2005): impedimento do contato visual interior *versus* exterior, ausência de aberturas, especificidade de usos – cinemas eróticos, boates de *strip-tease*, casas lotéricas tradicionais – privacidade do espaço interno, acessibilidade restrita, uso do interior reconhecido somente pelo usuário consumidor daquele estabelecimento.

A análise da ocupação permearia então várias dimensões, não somente as tipologias arquitetônicas e categorias de altimetria, mas também a relação formal, de proporção e de percepção do fruidor entre a massa edificada e o espaço livre de construção, somada à análise da morfologia do traçado, além da relação formal configurada entre espaço interior privado e exterior público.

A análise de uso do solo aqui também se organizou em função da dinâmica específica do centro tradicional. Relativa às subáreas, investigou a complexidade de diversidade das atividades na área hipercentral de Belo Horizonte, definindo para isso categorias que melhor traduzissem sua dinâmica social e econômica. A partir do levantamento dos usos lindeiros, fez-se uma categorização que teve como premissa o tipo de produto e/ou serviço oferecido ao usuário consumidor e, ainda, o perfil do usuário-consumidor correspondente a cada atividade. As categorias correspondem às configurações espaciais interior privado e exterior público, o que significa que, com esse tipo de análise de uso do solo, é possível inferir uma relação formal que certos usos definem, bem como a relação tátil usuário/mercadoria no ato de consumir. A proposição de categorias mais detalhadas de uso do solo se deu em função de que as atualmente definidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte apresentam-se muitas vezes insuficientes para as análises da dinâmica do espaço urbano, o que interfere na configuração de um diagnóstico sensível à representatividade das atividades tradicionais do centro, juntamente com a maneira como são habitadas por seus usuários, na medida em que se define somente se a atividade é residencial, comercial, serviço, uso coletivo ou industrial, ou ainda se são de amplo atendimento ou atendimento local. A dimensão do caráter popular, de massa, sofisticado, tradicional ou transitório não é contemplada, bem como uma análise do tempo de consumo do espaço que cada atividade é capaz de preconizar. No caso de uma

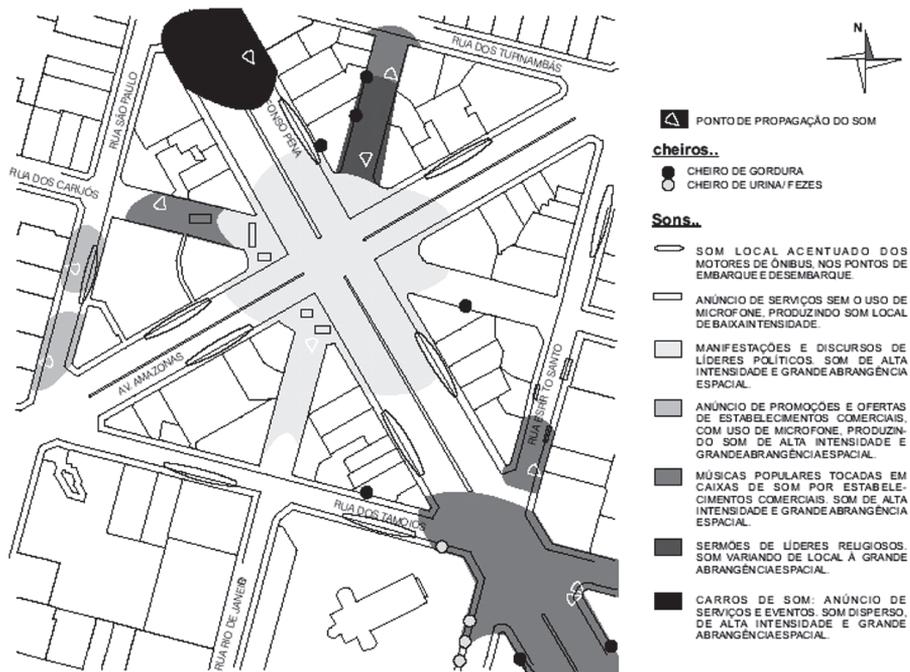
caracterização da área que subsidie uma intervenção urbana sustentável e condizente com o imaginário coletivo, que se fundamente na dinâmica urbana específica de cada lugar, é de extrema relevância, além dessas variáveis já contempladas pela legislação vigente, extrair de cada atividade esses outros qualitativos. Intervenções em centros tradicionais precisam atentar para formas muitas vezes consolidadas de consumo e apropriação, que, se interligadas aos projetos urbanos a serem ali implementados, podem conferir ao lugar uma ambiência que potencializa o patrimônio imaterial ali conformado, dialogando com o cotidiano já estabelecido entre a população e o espaço urbano. Dentre as várias categorias definidas, tivemos, por exemplo:

- Comércio de miudezas domésticas, de corte e costura, uso pessoal e artigos religiosos. Produtos: vasilhames, tampas para bojos de tanque, calços para mesas e cadeiras, pregadores de roupa, aviamentos, frentes de celular, capas de celular, bijuterias, acessórios para cabelo, pentes, óculos de sol, cadarços, relógios, espelhos, carteiras, porta-níqueis, pilhas, bonés, alças de havaianas, velas, imagens de santos, ervas etc. Pertence a essa categoria grande parte do comércio conformado por ambulantes, em bancas informais ou nas vitrines metálicas, onde o produto é completamente exposto e é permitido o acesso tátil do consumidor. De valor econômico baixo, esses produtos são consumidos principalmente por pessoas de menor poder aquisitivo, mas ainda servem a todas as parcelas da população, em função de muitas vezes serem produtos específicos à área central, como por exemplo, “calços para mesas e cadeiras”, o que define o perfil do consumidor das bancas é o seu ponto de localização, ou seja, o território ali configurado;
- Serviços voltados para o lazer sexual: bordéis (ditos hotéis), motéis, casas de show, boates de *strip-tease*, cinemas eróticos. Trata-se de uma categoria muito ocorrente no centro tradicional, onde os estabelecimentos assumem uma relação formal de impermeabilidade visual entre interior e exterior, alternando entre superfícies reflexivas (motéis) e opacas (cinemas eróticos, casas de show, boates) devido à necessidade da privacidade de uso do espaço interior, reconhecido somente por seus usuários-consumidores;
- Comércio de vestuário popular: mercadorias dispostas em bancas, completamente expostas, de acesso irrestrito ao consumidor. Grande parte desses estabelecimentos produz som de alta intensidade e grande abrangência espacial, com o anúncio de promoções e ofertas de produtos. Sendo comum a coincidência de som de várias lojas em um mesmo instante, geram-se zonas em que os sons se misturam e não são compreendidos com nitidez pelo pedestre;
- Comércio de vestuário sofisticado: butiques e camisarias, sapatarias,

lojas de lingerie. No geral são estabelecimentos que apresentam fachadas reflexivas, onde a vitrine se conforma como elemento de transição entre calçada e loja como explicitado anteriormente nas formas de interface interior-exterior. Esta tipologia difere em muito da categoria “comércio de vestuário popular”, não somente pela forma de exposição das mercadorias e pelo grau de acesso às mesmas, mas também pelo tipo de produto comercializado, seu valor de mercado e, ainda, pelo perfil do usuário-consumidor, que aqui corresponde a mercadorias mais sofisticadas, de valor econômico maior, a um usuário de maior poder aquisitivo.

Para o estudo da apropriação do espaço público, variável central na metodologia proposta, foram observadas as relações de movimento e permanência, de modo a justapô-las às relações de volumetria, de uso do solo e de interfaces interior/exterior, observando, por conseguinte, as tipologias de apropriação específicas de cada território que no centro se conforma, além do diagnóstico das sensações olfativas e sonoras providas pelas formas de apropriação e uso dos espaços públicos e privados, que se revelou um eficiente instrumento no conhecimento dos comportamentos da população. Essas análises também se conformaram como novas variáveis propostas aos estudos urbanos: as relações de circulação vinculadas às formas de apropriação, bem como as relações sensoriais que se apresentam ao fruidor em seu percurso e convivência com a dinâmica do espaço urbano. Nesse contexto, também foi preocupação a observação dos usuários na zona hipercentral, buscando perceber os grupos que ali constroem o cotidiano do espaço, quais são suas zonas de influência, ou seja, qual o público alvo das ações de intervenção, e como este se relaciona com os processos que essa porção da cidade está confrontando. Permeado por intenso fluxo de pedestres, o centro tradicional de Belo Horizonte é utilizado como local de passagem e transição entre destinos cotidianos para trabalho, lazer, consumo de serviços e local da compra. É nesta porção que a população se serve de produtos específicos – muitos deles somente ali encontrados – condizentes às necessidades domésticas, profissionais e rotineiras presentes em qualquer segmento social e cultural. Classes de maior poder aquisitivo, que cada vez mais se distanciam do centro, ainda encontram-se presentes neste cenário em função de algum serviço e/ou produto ali ofertado, mas é para os segmentos sociais de menor poder aquisitivo que o centro se mantém vivo, ainda exercendo esse forte papel de conformador de relações sociais, culturais e econômicas, não ainda atingido por um processo consolidado nas metrópoles centrais de esvaziamento da área central, inclusive quanto aos usos residenciais.

A construção de mapas de sensações olfativas e sonoras revelou uma maneira de sintetizar graficamente questões voltadas ao comportamento dos usuá-

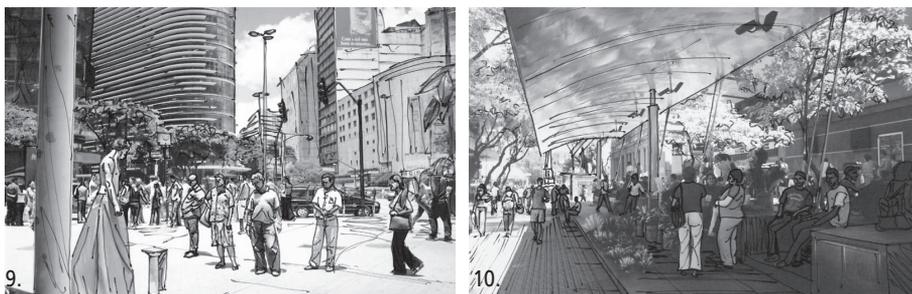


Mapa de sensações olfativas e sonoras (LIMA, 2005).

rios, possibilitando espacializar e justapor diversas formas de percepção e intervenção do homem no espaço público. As manchas demonstradas no mapa acima tentam reproduzir o grau de abrangência das relações sensoriais estabelecidas ao pedestre no decorrer dos percursos no espaço da rua, como os sons e cheiros, até que pontos se interferem, uma análise fundamental no planejamento de intervenções que visem contemplar as dinâmicas vivenciadas pelo usuário no espaço. Além de abordar questões sensoriais, a construção dos mapas ainda é capaz de abranger uma sistematização dos eventos que ocorrem nas áreas em análise definindo-se um contexto temporal. Vale ressaltar que o mapa apresentado é ilustrativo, fruto de uma síntese de observações quanto aos usos do espaço e suas manifestações culturais, sociais e políticas diagnosticadas não em um momento específico de coleta de dados, mas numa reunião desses fatos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, não se tratando de uma situação estática de análise que, inclusive, no que tange a estas variáveis de percepção, correspondem à dimensão do efêmero e do transitório. Isso configura um qualitativo do espaço, subjugado à ação humana. Como qualitativo de um espaço que instigue seu fruidor, a análise dessa variável se justifica ao contrapor-se a esse processo de homogeneização que torna o espaço liso, inócuo, asséptico, inóspito, tendo não somente na forma e na imagem, mas também no cheiro e no som pontos em que o lugar se conforma distinto e suscita a experiência do percurso.

A seguir apresentam-se algumas “tipologias” de apropriação, determinantes na construção da ambiência do hipercentro, de maior destaque e ocorrência nas subáreas estudadas, que se correlacionam diretamente com o uso do solo lindeiro e explicitam-se sobretudo nos mapas de sensações olfativas e sonoras.

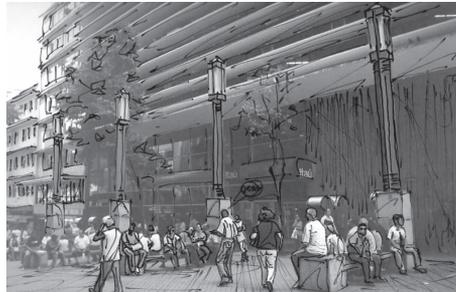
Contrapondo-se algumas formas de “usança” aos “cheiros e sons”, temos: pessoas a trabalho no espaço público: camelôs, ambulantes, pipoqueiros, engraxates etc., “arrebanhadores” de clientes (comuns nos estabelecimentos de crédito popular), compradores de ouro *versus* anunciantes de serviços sem o uso de microfone, produzindo som local de baixa intensidade; cheiro de pipoca, gordura, doce; usuários do transporte coletivo à espera dos ônibus *versus* som local produzido por motores de ônibus, acentuado nos pontos de embarque e desembarque *versus* cheiro de poeira de asfalto e gás carbônico, circulação intensa de veículos *versus* som disperso, de grande abrangência espacial e baixa intensidade, fluxo intenso e constante de veículos *versus* cheiro de poeira de asfalto e gás carbônico, pessoas sentadas em mesas nas calçadas, defronte a bares, grupos de amigos conversando e paquerando, danças de par frente a shows de música oferecidos por estabelecimentos voltados ao lazer, como bares *versus* músicas populares tocadas em caixas de som por estabelecimentos comerciais, som de alta intensidade e grande abrangência espacial, cheiro de gordura, líderes políticos comandando manifestações públicas, passeatas de grupos organizados da sociedade civil reivindicando direitos, fechamento de vias, acompanhamento da BHtrans *versus* presença de carros de som e faixas de manifestações, som de alta intensidade e grande abrangência espacial, sermões de líderes religiosos *versus* som variando de baixa a alta intensidade e grande abrangência espacial.



9. 10. Quarteirão fechado da Rua Carijós, entre Rua São Paulo e Praça Sete, em frente ao Psiu. 9. De caráter mais lúdico, esse território é estabelecido por artistas, hippies, palhaços... Presença de fotógrafos, com fotos digitais na hora! 10. Estudantes e trabalhadores do centro apropriam-se do mobiliário urbano recém-implantado para descansar, conversar e paquerar... A florista, tradicional na área, também interage com essa ambiência e expõe suas mercadorias às quais os clientes têm acesso livre para apreciação (LIMA, 2005).



11. 12. 11. No mesmo quarteirão, também há moradores de rua, catadores de papel, parcela marginalizada da população, que convive com a ambiência e demais usuários do local, e ali repousam para refeições e descanso. A presença deste tipo de usuário é constante nessa porção. 12. Na esquina entre Avenida Amazonas e Rua Rio de Janeiro, aposentados jogam damas e xadrez. Essa prática ocorre em todos os quarteirões fechados da Praça Sete (LIMA, 2005).



13. 14. 13. Quarteirão fechado da Rua dos Carijós, ao lado do edifício do Cine Brasil, com apropriações com caráter de permanência, lazer e descanso. 14. Quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro, ao lado da "Praça Sete Calçados". Aqui é bastante comum a presença de pastores evangélicos fazendo pregações religiosas, como mostra a foto (LIMA, 2005).

CONCLUSÃO

Com base no diagnóstico realizado, foi possível construir algumas conclusões quanto à influência das variáveis levantadas em relação à apropriação dos espaços na zona hipercentral, e foi observado o quão de fato determinante o uso do solo apresentou-se na 'usança' do espaço público. Referindo-se ao centro tradicional de Belo Horizonte, Lemos (1988) diz que "o modo como os serviços estão espacializados vai determinar as práticas cotidianas e a vida urbana central. A espacialização dos serviços condiciona as práticas sociais, definindo as escolhas, os deslocamentos e as permutas que integram a dramatização urbana". Em função da categoria de uso do solo limdeiro, são percebidas inclusive tipologias de apropriação específicas, ressaltando a importância de uma análise que seja capaz de traduzir essa dramatização.

Posteriormente, as formas de apropriação do espaço, em muito determi-

nadas pelo uso do solo, conformam-se pelas relações entre espaço interior privado e exterior público, uma variável que propicia potencializar a tipologia de apropriação do espaço público ali ocorrente por ser essa a relação que determina inclusive a maneira como cada tipo de apropriação pode ocorrer. Através da forma com que os interiores se relacionam com a rua é que se suscitam sensações do usuário para com aquilo que propõe cada uso. Primeiramente, o uso do solo define um fator de sedução e incitação de curiosidade e necessidade do tipo de uso instalado, decorrente disso surge a forma como cada uso atrai seu usuário-consumidor, e quais são as possibilidades e maneiras de consumo do serviço ali prestado ou comércio ali ofertado, como podem de fato se efetivar como formas de apropriação.

A volumetria do espaço construído em relação ao espaço público das áreas centrais apresenta-se influente em menor grau, apesar de ainda bastante determinante. Certas relações de proporção, como dimensão de vias, calçadas e até mesmo a influência climática advinda da morfologia da ocupação e de demais elementos físicos urbanos, como a presença ou ausência de mobiliário urbano ou até arborização (locais de sombra, escuros, claros, frios, quentes, de incidência direta de raios solares, correntes de ar etc.) podem favorecer ou inibir certas maneiras de se apropriar dos espaços. Em contrapartida, não é primordialmente o tipo de tratamento do espaço urbano que determina a apropriação ou não de determinado local. Durante a pesquisa, a “usança” do espaço público foi observada tanto em locais providos de estrutura física de maior grau de sofisticação, como na Praça Sete, recentemente contemplada por uma ação de reformulação física e investimento em elementos de infra-estrutura, como em locais que se apresentam completamente carentes de qualquer tratamento do espaço, nas áreas de maior grau de degradação física, como a Rua dos Guaicurus, por exemplo. A porção mais prejudicada em termos de apropriação do espaço, no caso das subáreas estudadas, compreende a Avenida Santos Dumont e alguns quarteirões da Rua Rio de Janeiro, que vêm muitas de suas edificações abandonadas, sendo justamente o uso do solo o principal fator para essa perda de vitalidade. O esvaziamento de usos de interesse do público ali antes freqüentador dessa porção do centro, somado à retirada de diversos pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo, tende a promover uma migração do pedestre, que encontra em outros locais os serviços e produtos de que necessita. Dessa forma, fora dos horários de pico, início e fim dos turnos de trabalho e escolas, o espaço da rua presencia uma redução brusca na presença de usuários pedestres. Ainda assim, apesar de em menor número, são os pontos de ônibus os principais agentes responsáveis pelo fluxo ali presente. A problemática do número expressivo de edificações em desuso, principalmente na Avenida Santos Dumont, permeia o campo da intervenção do poder público na

propriedade privada, de modo a fazer valer a função social do solo urbano já regulamentada pelo Estatuto da Cidade (2001).⁵

Em contrapartida, essa atuação precisa atentar-se ao patrimônio imaterial, de modo a não reproduzir a segregação sócio-espacial e contribuir para uma perda identitária e simbólica, atentando para o restabelecimento de cheiros, sons e movimento de pedestres nas áreas em que se inicia o processo de homogeneização e de assepsia do espaço público, como, por exemplo, na Rua dos Caetés. A intervenção, ali pontual, tem priorizado apenas um tratamento estético das edificações e das calçadas e é permissiva a uma ação privada desvinculada de uma política de gestão sensível à imagem urbana da rua no contexto municipal, que vem atraindo a instalação de usos específicos (comércio especializado em artigos esportivos), que, entretanto, estão estabelecendo uma nova relação com o espaço público, em uma opção formal padronizada e descontextualizada da ambiência construída na rua ao longo da história da cidade, lugar da diversidade, das quinquilharias, do comércio popular.

A evocação do passado sob a ótica do Estado tem desencadeado uma lógica que mais funciona como uma antememória coletiva: a preservação e restauração de muitos dos monumentos passados, em especial a limpeza dos velhos centros urbanos com seus edifícios públicos, na maior parte das vezes apenas esconde as marcas do tempo e, reprimindo suas metamorfoses, acarreta uma redução ao idêntico, uma espécie de ordem branca da memória. (ARANTES *apud* HONORATO, 1999, p. 186?)

A apropriação dos espaços apresenta-se aqui, dessa forma, não como mais um objeto de análise, mas como premissa na construção de estratégias de planejamento urbano. Essa ótica assume uma condição de contribuição não somente no âmbito das ações nas áreas centrais, mas também na dimensão da cidade como um todo, por tomar como premissa justamente o que tangencia a percepção do fruidor, a relação do homem com o espaço que vivencia, primordial a qualquer instância espacial, que se constrói a todo momento. A inclusão de variáveis que se aproximem de fato da “usança” dos espaços numa análise urbana aponta para a construção de ações em uma postura sensível a essa dinâmica cotidiana das cidades e representa o reconhecimento de fato do que as áreas centrais são em si e, no âmbito da cidade, do papel que cada porção assume dentro do contexto metropolitano.

⁵ Conforme artigo segundo do Capítulo I – Diretrizes Gerais: “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante (...) ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a utilização inadequada dos imóveis urbanos; a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; (...) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas (...)”.

Referências

- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Lei n. 7.166, de 27 de agosto de 1996**. Estabelece as normas e as condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município. Belo Horizonte: PBH, 1996. Disponível em: www.pbh.gov.br/ativurb/novalei/solo/ind7166.htm.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a experiência da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRANDÃO, C. A república da arquitetura. **Revista USP**, São Paulo, n. 59, p. 8-21, set./nov. 2003.
- BRANDÃO, C. Habitabilidade e bem-estar. **Interpretar Arquitetura**, Belo Horizonte, v. 6, n. 8, out. 2005. Disponível em: www.arquitetura.ufmg.br/ia.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11, jul. 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm >
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Géographies et Cultures**, Paris, n. 20, 1996.
- FRÚGOLI, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez, 2000.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- HONORATO, Rossana. **Se essa cidade fosse minha... : a experiência urbana na perspectiva dos produtores culturais de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEMOS, Celina B. **Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte, 1988 2v**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- LIMA, Fernanda F. **O uso da rua na contemporaneidade: evidências e investigações projetuais**. 2005. Monografia (conclusão de curso) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PRÁXIS CONSULTORIA LTDA. **BHipercentro: pesquisa de uso e ocupação dos imóveis**. Belo Horizonte: Práxis, 2002.
- SANTOS, Jair F. **O que é pós-moderno**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

Endereço para correspondência
 Rua Engenheiro Paulo Fernandes, 39/801
 Coração Eucarístico
 30730-180 – Belo Horizonte – MG
 e-mail: fernandafmpl@yahoo.com.br